

CONJUVE

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

BALANÇO 2010/2012

A JUVENTUDE E O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

A gestão da sociedade civil no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) iniciou-se com um grande desafio: acompanhar a transição do governo Lula para o governo da presidenta Dilma, mantendo e ampliando as conquistas de direitos e políticas públicas para a juventude alcançadas nos últimos anos.

A atuação do Conjuve tem sido fundamental para que a concepção de juventude se dissocie da ideia de tutela ou problema social e se associe à concepção dos jovens como sujeitos de direito. Desse modo, o Conjuve tem atuado como um espaço de formulação e mobilização fundamental para dar densidade e força política ao tema da juventude na agenda do país.

Desde sua fundação em 2005, o Conjuve realiza ações que contribuem para o fortalecimento do papel do Conselho como o principal órgão de controle social e elaboração de diretrizes para as Políticas de Juventude no Brasil. O empenho dos conselheiros e das conselheiras que passaram pelo Conselho nesses anos merece reconhecimento. É a partir desse esforço coletivo, colaborativo e criativo, que se tem escrito uma nova página sobre o tema. Os avanços do biênio 2010-2012 são fruto também das conquistas acumuladas na história do Conselho.

A gestão da sociedade civil cumpriu suas atribuições: fortaleceu o diálogo com as organizações sociais; assegurou a pluralidade nos processos de decisão que envolveram o Conselho; e desempenhou uma representação autônoma, ao mesmo tempo crítica e propositiva.

O Conjuve atuou como um canal fundamental para a consolidação da democracia participativa, para a inversão de prioridades do Estado e para a construção de uma cultura política mais cidadã e inclusiva. A partir dos espaços de participação abertos pelo Conselho, diversos sujeitos sociais puderam se encontrar e diferentes demandas da sociedade puderam ser

vocalizadas. Tendo como ponto de partida uma perspectiva mais solidária, por ser baseada no diálogo, a ideia de espaço público foi retomada e reafirmada, substituindo o individualismo que, a partir da privatização da vida, instaurou a lógica do isolamento social entre muitos jovens.

Esses avanços, importantes por si só, tornam-se ainda mais significativos e emblemáticos quando observamos que o ano de 2010 foi marcado pelo maior crescimento da população jovem de nossa história: somos 51 milhões de cidadãos e cidadãs. Nos próximos anos o Brasil viverá o chamado "bônus demográfico", período em que a população economicamente ativa (PEA) será maior do que a população economicamente dependente. O auge dessa relação deve ocorrer por volta de 2022. Até lá, sem dúvida, estaremos diante de uma das maiores janelas de oportunidade já vividas pelo país. A isso se soma ainda o grande momento político e econômico do Brasil, com a consolidação do processo democrático, o aumento dos empregos formais, a redução das desigualdades e a aceleração do processo de inclusão. Sendo assim, o Brasil está diante de uma oportunidade única para debater o lugar ocupado pela juventude no processo de desenvolvimento nacional.

Merecem destaque nesse esforço de converter as políticas públicas de juventude em políticas de Estado, com forte caráter participativo: a realização da II Conferência Nacional de Juventude; o fortalecimento da rede de Conselhos Municipais e Estaduais; a tramitação e aprovação dos marcos legais da juventude (PEC, Plano e Estatuto); além da reedição do Pacto pela Juventude.

Por se constituir como um espaço de participação social, com o objetivo de consolidar um canal de diálogo entre sociedade civil e governo, o Conjuve estabeleceu como prioridade máxima a organização da II Conferência Nacional de Juventude, que foi um marco importante para o país no sentido de aprimorar a democracia com a criação de espaços de democracia direta e participativa, mecanismos essenciais para o exercício cidadão e aperfeiçoamento das políticas públicas.

A organização da II Conferência foi o maior feito dessa gestão. Com a parceria da SNJ, o Conjuve empenhou-se na realização de um processo com maior capilaridade e participação e que inovou metodologicamente com a proposição das etapas territoriais e virtuais, com a reedição das Conferências Livres e a Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais. As resoluções políticas aprovadas serviram de diretrizes para o aperfeiçoamento dos marcos legais em tramitação no Congresso Nacional (Plano Nacional de Juventude e Estatuto da Juventude) e para a elaboração das políticas públicas nos três níveis de poder que afirmam novos direitos da juventude.

Esse processo de mobilização atingiu mais de 500 mil jovens de todo o Brasil e só foi possível pelo engajamento e investimento dos movimentos sociais e juvenis na sua realização. Jovens organizados em entidades religiosas, sindicais (urbanas e rurais), ambientalistas, estudantis, indígenas, quilombolas, empreendedores, do movimento negro, LGBT's, de mulheres e de deficientes foram essenciais para o enraizamento das etapas livres, eletivas, territoriais e virtuais.

Este amplo engajamento resultou em uma articulação consistente das distintas lutas e demandas durante a etapa nacional da Conferência e servem de norte para a necessária pressão da sociedade civil organizada nos próximos anos. A busca da unidade na diversidade foi a tônica dos debates.

A Conferência colocou o tema da juventude no centro da agenda do desenvolvimento do país. O encontro – marcado pela presença de seis Ministros de Estado e do Presidente em exercício – contribuiu na elaboração de novos direitos sociais construídos pela ótica de sujeitos autônomos e não de indivíduos tutelados.

O presente balanço político da gestão 2010-2012 do Conjuve demonstra que esta gestão teve um papel importante em fortalecer a relação com o governo federal, mas principalmente em legitimar o próprio Conselho, com as mais variadas formas de organização da juventude em âmbito nacional. Vale destacar que o Conjuve foi constituído com a proposta de ser um conselho de políticas públicas, mas nesta gestão se

esforçou para ser uma expressão dos anseios das juventudes organizadas, de suas lutas e de suas reivindicações.

Além disso, como se disse, a gestão que se encerra ampliou sua capacidade de diálogo com a Secretaria Nacional de Juventude e os demais Ministérios, avançou na aprovação dos Marcos Legais (PEC e Estatuto) e investiu na construção de uma forte Rede de Conselhos Municipais e Estaduais de Juventude.

Ser jovem no Brasil carrega sentidos distintos e um Conselho Nacional precisa reconhecer as especificidades dos 50 milhões de jovens do país para que tenhamos uma política que assegure condições de igualdade na diversidade. O reconhecimento do lugar da juventude na história do Brasil é recente, mas é certo que o caminho deste jovem Conselho tem se tornado uma referência para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, que deve contar com a participação social como elemento essencial na construção de uma nova página na história do país, mais soberano, menos desigual, que garanta aos jovens pleno direito a cidadania e a participação.

Vida longa ao Conselho Nacional de Juventude e muita força e coragem aos novos conselheiros e conselheiras!

Gabriel Medina

Presidente do Conjuve

Conselho Nacional de Juventude

Mesa Diretora 2010

Presidente: Danilo Moreira

Vice-Presidente: João Marcos Pereira Vidal

Secretário-Executivo: José Eduardo de Andrade

Mesa Diretora 2011

Presidente: Gabriel Medina de Toledo

Vice-Presidente: Ângela Cristina Santos Guimarães

Secretário-Executivo: Francisco Rodrigo Josino Amaral

APRESENTAÇÃO

Desde que foi criado, em 2005, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) tem cumprido a missão de propor diretrizes para a Política Nacional de Juventude, mantendo um diálogo permanente entre a sociedade civil e o governo e contribuindo para várias conquistas da juventude brasileira.

O Conjuve é composto por 60 conselheiros (as), sendo 20 indicados (as) pelo poder público - Ministérios, Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, Fórum de Gestores Municipais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) - e 40 eleitos (as) pela sociedade civil (redes, fóruns, movimentos, associações e organizações juvenis de representação nacional e entidades de apoio).

O terceiro ciclo de gestão do Conselho teve início em março de 2010 e se estendeu até maio de 2012. Inicialmente essa gestão foi presidida por Danilo Moreira, na época secretário adjunto da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), da Secretaria-Geral da Presidência da República; e Gabriel Medina, membro do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (Fonajuves), eleito em 2011.

O presente documento tem por finalidade realizar um balanço da gestão do Conjuve durante esse biênio (2010/2012), apresentando as ações realizadas no período e uma avaliação sobre as conquistas e obstáculos enfrentados pelo Conselho no seu papel de controle social e proposição de políticas de juventude. Com isso esperamos permitir à sociedade, sobretudo aos jovens, um maior conhecimento sobre a ação do Conselho Nacional de Juventude e sinalizar alguns caminhos para os próximos representantes que integrarão o colegiado.

A trajetória que aqui será relatada é fruto de um caminho percorrido pelo Conselho desde a sua fundação e de um trabalho realizado por conselheiros e conselheiras empenhados no fortalecimento institucional do tema, membros da sociedade civil e do governo federal, que em um esforço coletivo, colaborativo e criativo construíram uma nova página na história, na qual os jovens começam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos no Brasil.

PASSOS DA TRAJETÓRIA DO CONJUVE PELA GARANTIA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

Em seus momentos iniciais, nove desafios entraram na agenda prioritária de trabalho do primeiro mandato do Conselho, compreendido entre 2006 e 2007: promoção de vida saudável; ampliação do acesso e permanência em escolas públicas de qualidade; erradicação do analfabetismo entre os jovens; preparação para o mundo do trabalho; geração de trabalho e renda; democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas; estímulo à cidadania e à participação social; melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Essas pautas nortearam a ação do Conselho, que ainda em seu primeiro ano de funcionamento foi dividido em três câmaras temáticas, cada uma responsável pela produção de diretrizes e recomendações para a construção de uma Política Nacional de Juventude. As câmaras se estruturaram a partir dos eixos: desenvolvimento integral - educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação; qualidade de vida - meio ambiente, saúde, esporte e lazer; e vida

segura - valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos.

O trabalho desenvolvido neste ano teve como resultado a publicação "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas". Lançado no final de 2006, o documento reúne a síntese dos três grupos e apresenta suas principais proposições para a implementação de ações capazes de oferecer melhores condições de vida para jovens com idade entre 15 e 29 anos. Nesse mesmo ano foi lançado o livro intitulado "Conjuve: natureza, composição e funcionamento".

No segundo mandato, entre 2008 e 2010, a composição do Conselho deixou de ser indicada pelo governo, adotando-se o processo eleitoral, que incluiu edital de convocação, inscrições das organizações interessadas, habilitação e assembleia.

Um marco desta gestão foi a promoção, junto com a SNJ, da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A mobilização envolveu etapas municipais, estaduais e livres e uma etapa nacional, que aconteceu em abril de 2008, em Brasília-DF. O evento reuniu cerca de 2,5 mil participantes, que elegeram 22 prioridades a serem consideradas pelos gestores públicos na elaboração e implementação das políticas juvenis. Foram oito meses de debates realizados nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, envolvendo mais de 400 mil participantes.

Duas outras ações desta gestão merecem destaque. A primeira é o "Pacto pela Juventude", criado em 2008 para comprometer o poder público e a sociedade civil com as 22 resoluções da Conferência Nacional e com diretrizes elaboradas pelo Conselho. A segunda, em 2009, com a elaboração do "Recomendações do Conselho Nacional de Juventude para o Governo Federal 2010", por meio da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas. O documento apresentou um panorama de nove dos principais programas do governo federal direcionados à juventude, visando formular recomendações para o seu aperfeiçoamento e para o processo de construção das Políticas Públicas de Juventude.

O MANDATO 2010-2012 E AS AÇÕES REALIZADAS

O terceiro mandato do Conjuve foi iniciado em março de 2010, com a eleição e posse da vice-presidência da sociedade civil. Toda a atuação desse biênio foi orientada a partir da construção de um planejamento, no primeiro ano, elaborado dentro das comissões e grupos de trabalho e, no seguinte, por meio de quatro desafios propostos pela Mesa Diretora e debatidos e aprovados pelo Pleno: 1) Realizar a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; 2) Ampliar e fortalecer a relação com o Executivo; 3) Ampliar e fortalecer a relação com o legislativo e 4) Fortalecer a institucionalidade e funcionamento do Conjuve.

É com base nesse planejamento que as ações executadas serão descritas a seguir. Algumas haviam sido previstas, como resultado da análise de cenário realizada pelo Conselho, e outras, apesar de não programadas, cumpriam com a agenda de prioridades definidas para a gestão. Nesse sentido, o planejamento elaborado foi flexível, de forma a responder às necessidades que surgiram ao longo do processo, seja por mudanças no próprio contexto da política de juventude.

PEC da Juventude

Durante o mandato 2010-2012, a tramitação e aprovação dos marcos legais da juventude (PEC, Plano e Estatuto) foi um dos focos de ação do Conselho. Nesse período, a aprovação e promulgação da Emenda Constitucional 65 (PEC 42/2008), que insere o termo juventude no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, foi uma conquista. A inclusão supre uma lacuna na Carta Magna, que reconhecia crianças, adolescentes, idosos,

indígenas e mulheres como prioridade absoluta, mas era omissa em relação aos direitos da juventude.

A aprovação da Emenda Constitucional abre caminhos para o avanço de outros marcos legais no Congresso Nacional, pois garante “segurança jurídica” e permite o avanço das políticas existentes, além de indicar a necessidade de um Plano Nacional de Juventude com metas que deverão ser cumpridas pela União, em parceria com estados, municípios e organizações juvenis nos próximos dez anos.

Plano Plurianual (PPA 2012-2015)

O Conjuve acompanhou a elaboração do PPA 2012-2015, em especial do Programa Temático Autonomia e Emancipação da Juventude, que tem como órgão responsável a Secretaria Nacional de Juventude.

Nesse processo, o Conselho participou da discussão das linhas gerais que orientaram a construção dos principais programas políticos, como o Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra; o Participatório: Observatório da Juventude e a Estação Juventude. Também esteve presente no I Fórum Interconselhos do PPA, um espaço de caráter consultivo, proposto pela Secretaria-Geral da Presidência da República, para diálogo com os conselhos nacionais.

Para o Conjuve o evento foi muito significativo, na medida em que lhe proporcionou um entendimento maior sobre a metodologia adotada para a construção do PPA 2012-2015, bem como possibilitou o conhecimento sobre os demais conselhos, a percepção que eles têm acerca do seu papel e a qualidade da relação que estabelecem com o Estado. O encontro entre conselheiros/as promovido pelo Fórum provocou o Conjuve a pensar sobre a necessidade de articular ações em conjunto com os demais conselhos.

Na perspectiva de participação no PPA, o Fórum demonstrou um grande potencial enquanto espaço mais ampliado e estruturante de diálogo entre governo e sociedade, que ainda precisa ser aperfeiçoado quanto à metodologia, além de mostrar como os seus resultados impactam de fato na definição política do orçamento.

Transição do Projovem Urbano

O Conselho Nacional de Juventude acompanhou o processo de transição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano da Secretaria Nacional de Juventude para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), que aconteceu no início de 2011.

Com esse objetivo, o Conjuve designou um grupo que participou de reuniões e seminários com a equipe anterior do Projovem, universidades envolvidas na avaliação da última edição do programa e representantes da SNJ e da Secadi/MEC. Durante esses encontros, o grupo apresentou propostas já debatidas pelo Conselho em diversas situações, algumas registradas em publicações elaboradas desde a gestão anterior.

Ao longo desse processo, o diálogo construído entre Conjuve, SNJ e Secadi/MEC tem sido muito produtivo e com papéis bem definidos. Muitas das contribuições apresentadas foram incorporadas na reformatação do Programa, como a ampliação da gestão intersetorial e a participação social na sua execução, que insere os conselhos de juventude nos comitês gestores nacional e locais, em cada unidade da Federação.

Para a segunda etapa da transição, quando serão possíveis mudanças mais estruturais no programa, foram pensadas quatro reuniões (já em curso), numa parceria entre o Conjuve, SNJ e Secadi/MEC, com o intuito de gerar a reflexão sobre quatro temas considerados prioritários para este grupo em relação ao Projovem: 1) Participação; 2) Integração entre as políticas; 3) Formação profissional e 4) Modelo pedagógico. A ideia é que o conteúdo desses debates possa levantar subsídios que orientem o aperfeiçoamento do programa.

2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

Com o lema “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil”, a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foi organizada conjuntamente pela SNJ e Conjuve e envolveu mais de 500 mil participantes nos 26 estados e no Distrito Federal. Foram realizadas 1.555

conferências municipais, 124 regionais, 199 territoriais e 122 livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais. A etapa nacional aconteceu de 9 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, reunindo mais de três mil pessoas. O Conjuve acompanhou boa parte das etapas, inclusive com conselheiros/as integrando comissões organizadoras estaduais.

A 2ª Conferência se afirma como um espaço fundamental para o encontro de distintas demandas e formas de organização das juventudes brasileiras, o que favorece a participação cidadã e o diálogo intergeracional e solidário entre os diferentes. As resoluções aprovadas¹ servirão como base para a atualização dos Marcos Legais (Estatuto e Plano Nacional de Juventude), que estão em tramitação no Legislativo. Também ajudarão a orientar as ações do governo federal e o monitoramento por parte do Conjuve.

A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES

Comissão de Articulação e Diálogo com a Sociedade (CAD)

A Comissão de Articulação e Diálogo tem como principal objetivo promover a interlocução entre o Conjuve e os mais diferentes atores do campo da juventude, reconhecendo a importância do conselho estar sempre em integração com movimentos, fóruns, redes e articulações que possam fortalecer ainda mais sua atuação. Como legado desta gestão, duas iniciativas da Comissão valem um especial destaque: os encontros nacionais de conselhos de juventude e a Rede de Conselhos.

Encontro Nacional de Conselhos de Juventude

O 2º Encontro aconteceu em março de 2010 e reuniu, em Brasília, mais de 280 participantes, entre conselheiros municipais e estaduais de juventude, jovens lideranças, gestores e pesquisadores, que debateram o

¹ Acesse o site www.juventude.gov.br/conjuve e leia as resoluções e moções aprovadas pelo Conselho Nacional de Juventude

tema "Contexto da Democracia Participativa e as Políticas Públicas de Juventude" e estratégias e metodologias de participação juvenil. Neste encontro, foi apresentado o primeiro Mapa dos Conselhos de Juventude e o Guia "Conselhos de Juventude – Fortalecendo Diálogos, Promovendo Direitos"² e foi lançada a "Rede de Conselhos de Juventude".

O 3º Encontro ocorreu em novembro de 2010, em Brasília, precedido de cinco reuniões de trabalho em cada uma das cinco regiões do Brasil. Essas atividades contaram com cerca de 600 participantes e foram realizados com o apoio dos governos estaduais do Paraná, Pará, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pernambuco. Além da contribuição para o fortalecimento dos conselhos, o novo formato, mais regionalizado, ampliou as relações entre os estados e identificou desafios e conquistas locais.

Rede de Conselhos de Juventude

A Rede de Conselhos de Juventude é uma articulação criada com o intuito de fortalecer os conselhos e os/as conselheiros/as de juventude, apoiando a reflexão, o intercâmbio de experiências, a formação, a participação, a mobilização e a institucionalização dos conselhos e das políticas públicas de juventude. Foi formada a partir do I Encontro Nacional de Conselhos de Juventude (2008) e dos encontros do Conjuve com representantes de Conselhos Estaduais (2009), onde foram apresentados desafios estruturantes para a estabilidade e desenvolvimento dos Conselhos de Juventude.

A participação na Rede de Conselhos se dá de duas formas: presencialmente (nos encontros de conselhos, reuniões regionais, conferências); e virtualmente, através do espaço conselhosdejuventude.ning.com.

Atualmente a rede de conselhos reúne mais de 1.200 membros e destaca-se como o principal canal de comunicação colaborativa do Conselho Nacional de Juventude, espaço virtual que assegura uma participação contínua dos/as jovens na discussão das políticas de juventude.

² Cartilha que sugere alguns passos para a criação de conselhos de juventude.

2ª Conferência Nacional de Juventude

A CAD atuou na construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude, fortalecendo a mobilização de movimentos, organizações e grupos juvenis que se encontraram em todas as etapas, sensibilizando-os para que, com suas identidades e individualidades, contribuíssem para enriquecer o processo coletivo e público.

Reconhecendo a beleza da singularidade de cada expressão juvenil e sua força para a promoção de encontros e diálogos, a CAD coordenou um espaço cultural denominado "Cafofo da Juventude", organizado durante a etapa nacional da 2ª Conferência, que aglutinou e integrou os diversos movimentos presentes.

Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP)

A Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas tem como papel fundamental analisar e contribuir para o aprimoramento das ações governamentais destinadas direta ou indiretamente à juventude.

Durante este biênio, tendo em vista a transição do governo federal, a CAPP se lançou ao desafio de orientar o que estava sendo desenhado pela nova gestão, estabelecendo um diálogo mais próximo e propositivo com Ministérios e Secretarias.

Para isso, o ponto de partida foi a elaboração de um balanço das ações realizadas pelo governo federal nas duas últimas gestões do presidente Lula, que gerou uma publicação intitulada "**Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude: 2003/2010**".

O processo de construção do balanço envolveu um ciclo de dez oficinas temáticas para debater e avaliar as políticas públicas de juventude nas áreas de educação, saúde, cultura, vida segura e direitos humanos, participação, trabalho, tecnologia da informação e comunicação, esporte, meio ambiente e institucionalização, tendo como referência o documento "*Diretrizes e Perspectivas para a Política Nacional de Juventude*", elaborado também pelo Conjuve em 2006. Participaram dos encontros especialistas, lideranças da sociedade civil e gestores convidados pelo Conselho, além dos/as conselheiros/as nacionais.

Com a realização das oficinas foi possível destacar os avanços e limites nos últimos oito anos, compartilhar experiências e apontar desafios na implementação das políticas de juventude. O conteúdo obtido foi utilizado como subsídio para o documento final publicado em 2012, enviado a todos os Ministérios e Secretarias. Esse processo de troca e reflexão, sobretudo entre representantes de sociedade civil e governo, abriu caminho para ampliar o diálogo e fundamentou as ações de incidência do Conselho.

Outra importante iniciativa da Comissão neste biênio foi a realização do **debate sobre o sistema nacional de juventude**, um dos eixos do PL do Estatuto Nacional de Juventude que, na época, iniciava a sua tramitação na Câmara Federal. O encontro ocorreu em São Paulo, em julho de 2011, e reuniu cerca de 20 participantes, entre conselheiros e especialistas, e gerou um artigo que está em fase de finalização. A intenção era aprofundar a capacidade reflexiva do Conselho em torno do tema, subsidiando a sua atuação em relação ao Estatuto.

Comissão de Comunicação

A Comissão de Comunicação do Conselho Nacional de Juventude pontua algumas conquistas e realizações importantes da gestão 2010/2011. Entre elas destaca-se a indicação do **Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) como uma das prioridades do Conselho** no ano de 2011, o que revela o grande compromisso com o tema. O conselho realizou um debate com membros da sociedade civil e do governo sobre o PNBL, abrindo importante canal de diálogo. Além disso, produziu uma nota com posicionamento do Conselho sobre o plano.

O novo site do Conselho, agora na plataforma da Presidência, embora ainda careça de avanços e de reparos orientados por esta comissão, também pode ser apontado como uma conquista relevante no que se refere à comunicação institucional, além dos folders e banners produzidos no mesmo período.

A contribuição desta comissão no processo da **2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**, no acompanhamento e proposição das

estratégias de comunicação foi importante para a realização de um processo democrático, criativo e inovador. A colaboração, em alguma medida, na realização da Conferência Livre Virtual também foi um aprendizado importante que deve ser registrado e sistematizado pela comissão para ações futuras.

Comissão de Acompanhamento ao Parlamento

A Comissão de Acompanhamento do Parlamento tem como responsabilidade realizar ações de incidência junto ao Poder Legislativo, com vistas à aprovação ou aprimoramento dos projetos que tramitam no Congresso Nacional, relacionados direta ou indiretamente à juventude. Coube à Comissão de Parlamento liderar a ação de mobilização, dentro e fora do Congresso, em torno da aprovação da PEC e do Estatuto Nacional de Juventude.

Como estratégias, foram organizadas blitz de sensibilização dos deputados e senadores, na Câmara e no Senado, audiências públicas, reforçadas com a utilização das redes sociais, principalmente no facebook e no twitter, chegando o Estatuto a entrar para o Trending Topics (assuntos mais comentados).

Em relação ao Estatuto Nacional de Juventude, o Conselho esteve presente em todo processo de articulação que culminou com a sua aprovação na Câmara Federal. O texto aprovado tinha como relatora a deputada Manuela D'ávila (PcdoB-RS) e é um substitutivo ao Projeto de Lei 4529, de autoria da comissão especial de políticas públicas para a juventude, que estava paralisado há sete anos no Congresso Nacional.

Atualmente, o Estatuto está em tramitação no Senado. O relatório do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sobre a matéria foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Antes de ir à votação dos senadores, o PL será apreciado pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS); de Educação, Cultura e Esporte (CE); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O Estatuto regulamenta os direitos das pessoas de 15 a 29 anos, mas sem prejuízo à Lei 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que contempla a

faixa etária de zero aos 18 anos incompletos. A proposta inclui a criação do Sistema Nacional de Juventude, definindo competências e obrigações da União, estados e municípios na garantia desses direitos. A aprovação do Estatuto avança no reconhecimento dos direitos e no respeito à diversidade da juventude brasileira, contemplando diferentes dimensões da vida do jovem e prevendo mecanismos de controle social.

Os avanços dos marcos legais proporcionaram também iniciativas em alguns estados e municípios brasileiros, que fortaleceram a institucionalidade das políticas de juventude. O Poder Legislativo, no âmbito estadual e municipal, abriu espaço para o tema e em alguns estados foram criadas Frentes e Comissões parlamentares, bem como aprovados Planos e PECs estaduais, como na Bahia e em Pernambuco, respectivamente.

A CONTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Em 2010, o Conselho criou seis grupos de trabalho (GTs): Juventude Negra; Juventude e Meio Ambiente; Pacto pela Juventude; Relações Internacionais; Estatuto Nacional de Juventude e 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Diferente das comissões, os GTs têm um caráter mais temporário e são estruturados a partir de uma demanda mais específica.

GT Juventude e Meio Ambiente

Conjube participou do 6º encontro de Juventude e Meio Ambiente

Discussão sobre o Programa Juventude e Meio Ambiente

GT Juventude Negra

Criado por ocasião da aprovação da prioridade nº 1 da 1ª Conferência de Juventude, a saber

"...implementação das resoluções do Enjune...." esse GT foi reafirmado na gestão 2010 como espaço estratégico de formulação e construção de políticas públicas para a juventude negra. Em um esforço concentrado, apresentou ao Conjuve uma proposta inicial de *Estratégia nacional de defesa da vida e dos direitos da juventude negra*. Como principal ação dessa estratégia constava a *Rede de Enfrentamento à violência contra a juventude negra*, estruturada como uma ação colaborativa entre os três entes federados, destinada a organizar o fluxo de denúncia das diversas formas de violência que vulnerabilizam a juventude negra no país. Paralelamente, a estratégia propôs um *Pacto Pela Vida da Juventude Negra*, combinando as ações anteriormente descritas com ações voltadas à promoção dos direitos da juventude negra nos territórios mais vitimados pela violência.

GT Pacto pela Juventude

O Pacto pela Juventude foi iniciado na gestão 2008-2010 do Conjuve, com o objetivo de dar visibilidade ao tema da juventude e estimular candidatos às eleições a se comprometerem com a pauta juvenil. Na sua segunda edição, em 2010, assinaram a carta de compromissos, entre os eleitos, 74 deputados estaduais, 55 deputados federais, 24 senadores e 21 governadores, de 19 estados diferentes, a presidenta e o vice-presidente do Brasil, totalizando 180 assinaturas distribuídas entre 17 partidos.

GT Estatuto Nacional da Juventude

No início da tramitação do Estatuto Nacional da Juventude na Câmara Federal, foi estruturado um GT responsável por elaborar um documento com as proposições do Conselho em relação ao Projeto de Lei. O grupo tinha o objetivo de elaborar subsídios para a atuação da Comissão de Parlamento e do Conselho pela aprovação do PL.

GT Relações Internacionais

Nesta gestão, o Conjuve ampliou a articulação regional e internacional entre os países, principalmente na perspectiva de fortalecer as relações sul-sul, intensificando o diálogo no Mercosul e em toda a

América Latina. Por esta razão, o Conselho participou de agendas internacionais com o objetivo de promover a troca de experiências sobre a implementação das políticas de juventude; contribuir para o combate à pobreza e às desigualdades que atingem os jovens; além de constituir um movimento de fortalecimento do tema na agenda global.

Nesse sentido, o Conjuve participou ativamente das Reuniões Especializadas da Juventude do Mercosul (REJ); ampliou suas relações com o Comitê de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e fortaleceu a relação com a Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ), na perspectiva de apoiar a ratificação da Convenção Iberoamericana de Direitos da Juventude pelo Brasil. Em dezembro de 2011, o país sediou a Terceira Reunião do Comitê de Especialistas da OIJ e também uma reunião do Espaço Iberoamericano da Juventude (EIJ), com Conselhos e Plataformas Nacionais de países da Iberoamérica.

Para o Conselho é fundamental a integração regional, não somente dos países que compõem o Mercosul, como também constituir uma relação de cooperação solidária com o continente africano, marcado por um processo de colonização perverso, com marcas irreparáveis até os dias atuais. O Conjuve esteve presente nas Cúpulas Sociais do Mercosul, contribuindo na formulação de cartas que foram entregues aos Chefes de Estado que integram o Bloco. Nos documentos, as organizações apontaram a necessidade de maior participação da sociedade civil junto aos Chefes de Estado e de uma agenda mais efetiva de cooperação na área social, cultural e não apenas econômica.

Em 2011, o Conjuve participou, em Nova Iorque, do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Juventude, com o tema "Juventude: Diálogo e compreensão mútua". A atividade foi uma das principais ações realizadas em comemoração ao Ano Internacional da Juventude, que aconteceu de agosto de 2010 a agosto de 2011.

O Conselho também contribuiu com a construção do I Fórum da Sociedade Civil das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que aconteceu em Brasília, em outubro de 2011. Na "Carta de Brasília", produzida durante o encontro, foi

reafirmada a importância da juventude para o desenvolvimento de uma agenda mundial de enfrentamento da pobreza, da fome e de combate as desigualdades.

Em 2011, em cerimônia com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, realizada no Brasil, o Conjuve entregou uma carta, em nome da juventude brasileira, na qual apontou a necessidade do mundo construir uma agenda sustentável contra as guerras, além da concretização de agendas nacionais para a promoção do trabalho decente no mundo, em especial para juventude, visando combater a exploração e a garantia do direito à educação, sem intermediação do mercado.

Neste momento, em que o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o Conjuve, em parceria com a SNJ, definiu estratégias conjuntas com os movimentos juvenis, com o propósito de preparar uma intervenção propositiva das juventudes no processo da Conferência.

GT 2ª Conferência Nacional de Juventude

O grupo de trabalho da 2ª Conferência Nacional de Juventude foi organizado com o intuito de avaliar o processo e os resultados da 1ª Conferência, que ocorreu em abril de 2008, e indicar caminhos para a Comissão Organizadora da Conferência.

APONTAMENTOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO

O Conjuve, nesta gestão, reafirmou o seu papel de se constituir como um espaço de diálogo das diferentes demandas, formas de organização e geografias. Ser jovem no Brasil carrega sentidos distintos e um conselho nacional precisa reconhecer as especificidades dos 50 milhões de jovens do país para que tenhamos uma política que assegure condições de igualdade na diversidade.

O reconhecimento do lugar da juventude na história do Brasil é recente, mas é certo que o caminho deste jovem Conselho tem se tornado uma referência para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, que deve contar com a participação social como elemento essencial para a construção de um país mais soberano, menos desigual e que garanta aos jovens plenos direito à cidadania e à participação.

Um olhar sobre a atuação do Conselho durante essa gestão permite identificar importantes conquistas. No âmbito da **relação com o Poder Executivo**, o Conjuve avançou no seu papel de formulador das políticas, investindo em espaços de reflexão e na elaboração de documentos que subsidiaram a sua interlocução com o governo federal, sendo a publicação "Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude – 2003/2010", o melhor exemplo. Isso se reflete na maior abertura dos Ministérios e Secretarias ao diálogo e na incorporação das proposições vindas do Conselho em programas e ações destinados ao público juvenil.

Na dimensão da **relação com o Poder Legislativo**, a prioridade dada pelo Conselho à aprovação dos marcos legais (indicada também na 1ª Conferência Nacional de Juventude) potencializou a articulação com o Congresso Nacional e contribuiu para que projetos parados há mais de cinco anos acelerassem a sua tramitação ou fossem aprovados, como a Emenda Constitucional 65 e o Estatuto Nacional de Juventude. Nesse contexto, também houve a reativação da Frente Parlamentar de Juventude, que foi parceira durante o debate das peças na Casa legislativa.

No âmbito do **diálogo social**, os Encontros de Conselhos, a Rede de Conselhos e a 2ª Conferência Nacional ampliaram os canais de interlocução do Conjuve com outros conselhos de juventude e com as mais variadas formas de organização juvenil em âmbito nacional. O Conjuve desempenhou um papel importante no sentido de oportunizar espaços de formação e troca entre esses atores.

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

- Valorização da Rede de Conselhos como um ator político e, portanto, capaz de atuar no fortalecimento das políticas de juventude e dos conselhos municipais, estaduais e do próprio Conjuve de forma integrada. Para isto, é preciso seguir fortalecendo ainda mais essa articulação, avançando no debate de temas apontados pelo III Mapa de Conselhos³, envolvendo mais os articuladores regionais no processo de planejamento e animação da Rede e oferecendo mais espaços de formação, por meio de cursos online, parcerias com universidades e publicações, entre outros;
 - Criação de condições técnicas, profissionais e materiais para melhorar e potencializar a comunicação institucional do Conselho, através da melhoria do site, da potencialização do uso das redes sociais, da produção de materiais de comunicação, da agilidade na produção de conteúdo noticioso sobre ações do Conselho, etc;
 - Aprofundamento do debate sobre o direito humano à comunicação e formulação sobre o tema, a partir da ótica da juventude. Podemos indicar como ações concretas: produzir e publicar artigos e realizar estudos e mesas de debate sobre o tema, e promover diálogo com o ministério das Comunicações;
- Criação de metodologias e estratégias de acompanhamento contínuo das políticas públicas de juventude, estabelecendo um fluxo de comunicação permanente com o governo federal para obter dados que fundamentem as análises do Conselho e promovam a discussão de proposições para aperfeiçoamento dos programas e ações destinados aos/às jovens;
- Atuar pela breve aprovação do Estatuto Nacional de Juventude no Senado, contribuindo para o seu aprimoramento ao longo do processo de tramitação.
- Acompanhar e monitorar a implementação das resoluções da 2ª CNPPJ, fortalecendo relação com o conjunto dos Ministérios da Esplanada;
 - Contribuir com a formulação e elaboração dos programas e políticas de juventude da SNJ.

³ Pesquisa realizada pela CAD durante o processo de inscrição dos delegados dos conselhos na 2ª Conferência Nacional de Juventude, em 2011